



A DEMANDA DA PRODUÇÃO MADEIREIRA ESTÁ REALMENTE CONDENADA

Este texto tem como objetivo elucidar determinados fatos relacionados à atividade madeireira alicerçada ao Manejo Florestal Sustentável. Com isto, é pretendido disponibilizar aos leitores informações concretas sobre os fundamentos que envolvem a atividade, propiciando um debate mais prudente e racional, abandonando os preconceitos e os conteúdos alarmantes que rondam as atividades de base florestal da Amazônia.

Em artigos recentes foi levantada a hipótese que as concessões florestais não supririam a demanda de mercado de madeira. De certa maneira o artigo “condena” a sustentabilidade deste mercado. O artigo está certo e equivocado ao mesmo tempo. Vamos entender porque.

Para isso, vamos começar explicando quem é o Cipem.



O CIPEM

Fundado em 2004, o Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso (CIPEM) é fruto da união de oito sindicatos empresariais do Setor de Base Florestal. Seu objetivo primordial é de organizar e fortalecer o setor de base florestal nativa, por meio do incentivo à produtividade e o consumo consciente de madeira e seus subprodutos de forma sustentável, com respeito a legislação vigente e em harmonia com o meio ambiente.

As ações empreendidas pelo CipeM buscam a promoção e o aprimoramento das técnicas que norteiam a atividade do setor de base florestal. Para isto, são feitos sucessivos investimentos em pesquisas científicas relacionadas ao Manejo Florestal Sustentável, para garantir a perenidade da floresta nativa, considerando o estoque florestal de cada espécie comercial utilizada, contribuindo para o crescimento sustentável do setor de base florestal mato-grossense, por meio de um trabalho sério, transparente e íntegro.

O MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL (MFS)

O Manejo Florestal Sustentável é uma atividade econômica de exploração florestal seletiva por meio da colheita de árvores previamente selecionadas, com a utilização de técnicas de impacto reduzido que reproduzem os mecanismos naturais dos ecossistemas, de forma planejada e sem danificar a biodiversidade existente. Com isto, os serviços ecossistêmicos continuam sendo prestados pela floresta, perpetuando a fauna e a flora, além de promover maior qualidade de vida e desenvolvimento para a sociedade.

Com o Manejo Florestal Sustentável, a floresta permanece em pé, pois são retirados somente cerca de 12% das árvores de porte comercial das espécies utilizadas. Por outro lado, a maior parte das árvores que permanecem já atingiram sua maturidade, evitando assim a erosão genética das espécies manejadas.

A dinâmica do manejo florestal sustentável é bastante singular, sendo possível identificá-la até mesmo por imagens via satélite. Ao elaborar um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) a ser submetido à análise, vistoria, aprovação e monitoramento pelo órgão ambiental competente, existem pré-requisitos fundamentais, previstos e Lei, a serem seguidos, como por exemplo:

O Planejamento da rede viária, pátios e infraestrutura são elaborados para causar o menor impacto possível, respeitando-se os mecanismos naturais existentes, incluindo medidas de prevenção e combate a incêndios florestais. Esta infraestrutura relacionada a pátios e estradas não pode ultrapassar por lei 2% do total da área de floresta manejada;

FOTO: Manejo X Lavoura

“

COM O MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL, A FLORESTA PERMANECE EM PÉ [...]



A definição do ciclo de corte, que corresponde ao período em que a área explorada deverá ficar intocável até que se possa ocorrer uma nova colheita, varia de 25 a 35 anos. Isto significa um “pousio” médio de 30 anos, onde ficarão protegidas várias espécies vegetais e animais. Isto transforma a área sob manejo em verdadeiro santuário ecológico;

Realização do Inventário Florestal 100%, que consiste na localização, identificação, mensuração e avaliação das árvores e suas espécies, considerando características comerciais ou potencialmente comerciais. Também são mensuradas as espécies proibidas de corte, para que se estabeleçam medidas de proteção durante o planejamento e colheita.

Sabe o que isto significa? Se você quiser saber onde estão estas árvores basta buscar suas coordenadas geográfica (de cada árvore!) e poderá identificar os locais em imagens de satélite ou até mesmo ir até o local para checar. Você conhece alguma outra atividade de uso do solo com estas garantias?

Também são instaladas parcelas permanentes, que servirão para avaliação e monitoramento do crescimento e produção da floresta. Estas parcelas permanentes são feitas em amostras representativas da floresta. Fazendo um paralelo, seria como a retirada de amostras de sangue realizadas periodicamente para avaliar a saúde, só que no caso da floresta, são utilizadas para avaliar a “saúde” e vigor da floresta;

Dessa forma, atendidas todas essas condições de manejo, somente uma parte das árvores existentes na floresta é removida. Frise-se que uma árvore de determinada espécie só pode ser colhida mediante comprovação de que há indivíduos suficientes, tanto para recomposição da estrutura básica, quanto para produzir novos indivíduos em médio prazo.

Os PMFS's servem como uma importante ferramenta de monitoramento, proteção das florestas e também como uma fonte de informação para o desenvolvimento de base de dados da situação atual da floresta amazônica brasileira.

O BRASIL

O Brasil possui extensa dimensão territorial e lidera ranking de países que mais possuem áreas de proteção florestal no mundo, de acordo com o estudo sobre “Áreas protegidas no Planeta”, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Diante dessa ótica, é válido salientar o papel do Manejo Florestal Sustentável para a conservação da floresta Amazônica, como principal agente ativo na missão de manter a floresta nativa em pé, garantindo a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade.

Nos Estados de Rondônia e do Pará existem florestas públicas brasileiras sob regime de Manejo Florestal Sustentável por meio das Concessões Florestais, cuja execução dos contratos é minuciosamente acompanhada pelo Serviço Florestal Brasileiro. Todos os municípios e comunidades vizinhas às áreas concedidas são favorecidos pela geração de empregos diretos e indiretos e pelos investimentos em infraestrutura. Todas as técnicas de MFS empregadas nas concessões servem para garantir a permanência da floresta saudável e de pé.

A criação das concessões foi feita com a intenção de proteger mais as florestas e a forma escolhida foi pelo manejo de florestas naturais.

Entretanto, fora das concessões há um “universo” de florestas esperando para serem protegidas via manejo.



A PROPÓSITO, VOCÊ SABIA QUE A WWF (QUE SIGNIFICA “WORLD WIDE FUND FOR NATURE”, TRADUZIDO COMO “FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA”), É UMA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL QUE PROTEGE O MEIO AMBIENTE E CONSIDERA O MANEJO UMA IMPORTANTE FERRAMENTA DE CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS E SUA BIODIVERSIDADE?

O ESTADO DE MATO GROSSO



Em Mato Grosso, o MFS ocorre em propriedades privadas, empregando as mesmas técnicas para redução de impacto e os cuidados para a conservação da floresta utilizados nas concessões, e, mais que isto, exigidos pela legislação. Lembrando que para além do limite de áreas para pátios e estradas secundárias (2% no máximo), o padrão de arraste é monitorado. Com isto, o estado se beneficia com os efeitos positivos da atividade, tanto para o meio ambiente, quanto para o aspecto socioeconômico.

Atualmente existem 4,2 milhões de hectares manejados no estado de Mato Grosso, com meta de atingir os 6 milhões até 2030, em alinhamento à meta do Governo do Estado, materializada pelo Instituto Produzir, Conservar e Incluir (PCI). Também são gerados cerca de 90 mil empregos diretos e indiretos, sendo a atividade de base florestal responsável pela 4ª economia do estado. Isto significará 6 milhões de hectares sob proteção de cobertura florestal.

Para endossar ainda mais a defesa da sustentabilidade do Manejo Florestal, o Cipem, em 2021 encaminhou Ofício à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), solicitando “Apoio para defesa da atividade de Manejo Florestal Sustentável e da confiabilidade do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – SISFLORA/MT no que tange a garantia de perenidade das espécies florestais”, que foi respondido pelo Despacho nº 041/2022/CCRF/SUGF/SEMA, conforme segue trecho extraído do documento:

“Considerando a solicitação, informa-se que a atividade de PMFS se tornou uma das atividades de maior sustentabilidade, tanto quanto a conservação de florestas nativas, quanto ao controle de mudanças climáticas no mundo. Sendo assim, não há dúvidas que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, não só apoia, quanto promove todos os mecanismos para garantir o desenvolvimento de práticas sustentáveis, nas atividades de base florestal no Estado de Mato Grosso, com investimentos em sistemas para controle e monitoramento, em aplicativo que auxilia na coleta de informações em campo e em melhorias de procedimentos.



No que se refere ao Sistema SISFLORA, quanto a confiabilidade, é um dos sistemas de melhor controle e monitoramento, assim como, a base de dados de essências florestais, autorizadas para exploração florestal e transportada para diferentes regiões do País e do mundo.

Deste modo, a SEMA prioriza todos os critérios de sustentabilidade e eficiência nas ações de controle e monitoramento e base de dados.”

Além disso, Mato Grosso possui cerca de 62% de seu território conservado, e foi responsável por 50% de toda a madeira legal produzida no país e disponibilizada no mercado. Estes números são resultado de um trabalho árduo desempenhado pelo setor de base florestal, em parceria com órgãos de comando e controle, como o Ibama e a SEMA.

É imprescindível esclarecer que dezenas de áreas de manejo mato-grossenses estão entrando em seu 2º ciclo exploratório, comprovando a sustentabilidade da atividade pela oferta perene de matéria-prima, conservando todos os recursos naturais das áreas manejadas.

De acordo com dados disponibilizados pela SEMA, existem 487 Autorizações de Exploração Florestal (AUTEX) em andamento, sendo 120 autorizações de 1º ciclo, e 1 (uma) de 2º ciclo liberadas em 2021. A floresta sob manejo torna a madeira um bem renovável. Além disto, pesquisas constantemente estão sendo feitas para aprimorar o manejo.

Muitas vezes é mencionado que a floresta natural possui um grande número de árvores ocas, podres e no geral possui baixo incremento. Isto é verdade e sabe por quê? Porque existem muitas árvores velhas, senescentes, sem crescimento algum. E são exatamente estas árvores que o manejo removerá. A nova floresta que o manejo proporcionará será de árvores mais fortes, com melhor incremento e sanidade. Esta floresta renovada estará apta a estocar grandes quantidades de carbono.

Da próxima vez que você avistar um caminhão de madeira, pense que de cada espécie colhida foi devidamente manejada, possibilitando sua rastreabilidade, e que 100% das espécies não manejadas ficaram na floresta. Tente pensar (ou comparar) em outra atividade de uso do solo que proteja tanto a biodiversidade. Pensou? E agora, qual sua opinião?





Trechos retirados do artigo: MANEJO DE PRODUÇÃO EM FLORESTAS NATURAIS DA AMAZÔNIA: MITOS E VERDADES (Evaldo Muñoz Braz; Patrícia Póvoa de Mattos - EMBRAPA), disponível na íntegra na página do Repositório Alice (Acesso Livre à Informação Científica da Embrapa) pelo link: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1032729>

1. Introdução

(...)O manejo de florestas naturais é o único uso da terra que garante a manutenção da floresta. O número de árvores remanescentes atinge 88%. Apesar disto, é uma atividade penalizada na mídia como responsável pela destruição ou deterioração das florestas naturais. Além disso, pesquisas sobre manejo de florestas naturais, principalmente na Amazônia, muitas vezes se apoiam nestes mitos, produzindo pesquisas pontuais desconectadas com a realidade do manejo de “floresta de produção” (...)

As melhores árvores são retiradas no manejo de florestas naturais, prejudicando as árvores futuras?

São retiradas as árvores mais velhas, que não são necessariamente as melhores. O equívoco foi ocasionado por se considerar que as árvores mais grossas seriam obrigatoriamente as melhores (conceito correto para florestas equiâneas), mas estas árvores são mais grossas unicamente porque são mais velhas e muitas vezes já com sinais de senescência, como presença de ocos. Em simulação de manejo em uma floresta primária na Amazônia, Schulze et al. (2005) comentam que até 40% das árvores comerciais podem ser rejeitadas por ocos ou defeitos do fuste. (...)

Se a floresta não recupera o volume extraído durante o ciclo, o manejo não é sustentável?

Não deveria ser esperado que a floresta recuperasse o volume cortado no primeiro ciclo em florestas tropicais primárias sem intervenção, pois na primeira exploração muitas árvores velhas, estagnadas, resultam em um estoque acima da capacidade de suporte da floresta (OSMASTON, 1968; DAWKINS; PHILIP, 1998; BRIENEN; ZUIDEMA, 2007). (...) Ou seja, cada espécie, individualmente, tem um padrão de recuperação que pode ser diferente do extraído, não implicando em dificuldade de recuperação.

Devem-se aumentar os ciclos para que sejam sustentáveis?

A maior parte das espécies a partir de 70 cm de diâmetro (BRAZ et al., 2012), quando mantida na floresta, não produz mais incremento líquido, apenas bruto. Isto ocorre devido ao reduzido incremento e aumento da taxa de mortalidade, resultando em volume líquido originário destas classes menor que o anterior (do início do ciclo).





Aumentar o ciclo apenas tornaria menos econômica a expectativa de volume futuro. Como pode ser observada em qualquer estrutura de floresta natural, a sobrevivência é muito baixa nas classes maiores. A maior parte das sugestões de aumento de ciclo possibilitaria que algumas árvores atingissem os diâmetros máximos possíveis para uma determinada espécie, mas que são classes de diâmetro com altas taxas de mortalidade, resultando em redução drástica do incremento ou produção de incremento “negativo” (OSMASTON, 1968; NYLAND, 2007). (...)

O manejo só é sustentável se recuperar a distribuição diamétrica inicial?

(...)Aguardar que a floresta atinja a distribuição diamétrica inicial (com mesmo número de classes) é aguardar que a floresta envelheça novamente e volte ao seu ponto de quase estagnação. Uma floresta primária não tocada pode estar semiestagnada há mais de 150 anos (BRAZ et al., 2015a), ocasionando baixos incrementos(...) Além disso, é importante lembrar que a regeneração fica comprometida em uma floresta superestocada (NYLAND, 2007) pelo comprometimento de acesso à luz por árvores que se encontram no dossel inferior, descaracterizando ao longo do tempo a estrutura em J-invertido (BRAZ, 2010) e o incremento da floresta como um todo (DAWKINS; PHILIP, 1998).(...)

A estrutura da floresta, considerando a produção ótima, não permite aumento indiscriminado do ciclo ou diâmetro de corte, pois existe um diâmetro ótimo que maximiza o incremento em volume de cada espécie em determinado sítio.

A taxa de corte deveria ser a composição dos volumes relativos a estes diâmetros ótimos por espécie.

A determinação do diâmetro ótimo de corte de cada espécie é uma ferramenta que precisa ser implementada, para se obter a maximização do incremento da floresta de produção.

Outro ponto fundamental a se considerar nas pesquisas que avaliam a capacidade de recuperação das áreas sob manejo são as diferenças de estrutura diamétrica nos diferentes sítios, pois estas responderão com diferentes taxas de recuperação.

Para os cortes futuros deve-se esperar e considerar uma estrutura sustentável, porém, diferente da original, a qual tinha excesso de árvores já em estado de senescência. Assim, a estrutura futura terá menos classes de diâmetro e provavelmente menos volume, não implicando em não sustentabilidade.

Os critérios determinados na legislação florestal para a implementação de manejo de florestas naturais devem ser revistos e aprimorados a partir de resultados de pesquisa.